

ECONOMIA Brasil

GAZETA MERCANTIL

“A situação é de equilíbrio instável, então a taxa de juro será a necessária”

por Claudio Safalle
de Brasília

“A situação ainda é de equilíbrio instável. Não podemos cometer equívocos com relação à taxa de juros, nesse momento, senão vamos por tudo a perder.”

A avaliação da conjuntura, feita pelo secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antonio Andrade Gonçalves, recomenda cautela para ler o comportamento da taxa de inflação, medida pela FIP-E. Houve um ligeiro recesso do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de 27,31% na primeira para 27,1% na segunda quadrissemana do mês de novembro. Mas ainda não se pode dizer que está configurada uma tendência de queda da inflação.

Dante dessa incerteza, “a taxa de juros será a necessária”, adiantou Gonçalves, argumentando, contudo, que não compartilha dos que esperam para o primeiro trimestre de 1992 o aprofundamento da recessão com consequências dramáticas sobre o setor produtivo. Na sua avaliação, haveria espaços para atenuar os efeitos da política monetária e evitar estragos maiores a começar da própria reação “mais racional” dos agentes econômicos. Há pelo menos duas semanas que a taxa de ansiedade, no mercado financeiro, está controlada e o temor de um choque na economia, afastado.

Nesse cenário, o ajuste fiscal é crucial. Somente quando os agentes econômicos estiverem convencidos de que o governo detém o controle das contas públicas é que poderá haver um certo alívio na política de juros.

Nesse momento, quando estaria já configurado um quadro de declínio da infla-

ção, o governo admite que seria a hora de discutir uma política de rendas — preços e salários — que pode ser, por exemplo, um esquema de prefixação.

Esse raciocínio do secretário executivo foi colocado da seguinte forma: a fixação de preços e salários pode ser uma forma alternativa de “saída combinada” (entre governo, trabalhadores e empresários) para um processo de queda mais acentuada da inflação. Mas só admitido como uma idéia — “ainda não pronta entre nós, mas que pode tornar-se indispensável para termos quedas mais expressivas da inflação” — a partir do momento em que o governo estiver seguro de que a trajetória inflacionária é mesmo de declínio.

Há problemas graves, ainda, para a administração da questão fiscal deste

ano. A Previdência Social deverá apresentar “um buraco” significativo nas contas de dezembro, que ainda está por ser dimensionado. Para espanto do secretário, os cálculos desse “rombo” na Previdência variam entre Cr\$ 200 bilhões a Cr\$ 1 trilhão. Como se trata de um intervalo enorme, é preciso saber a quanto monta, já que caberia ao Tesouro Nacional financiar a Previdência, desde que autorizado pelo Congresso Nacional. Sendo algo na casa de Cr\$ 1 trilhão, o financiamento pelo tesouro fica impossível, já que representaria metade de toda a arrecadação tributária mensal.

Tirando esse déficit da Previdência, as contas do Tesouro Nacional fechariam dezembro com superávit de caixa da ordem de Cr\$ 500 bilhões.

O ajuste fiscal para 1992

não preocupa Gonçalves. Ele está seguro de que o Congresso Nacional aprovará uma reforma tributária — ainda que diferente do projeto de lei do Executivo — com recursos adicionais compatíveis aos US\$ 12 bilhões reivindicados pelo governo para fechar as contas de 1992 com um superávit primário de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Acredita, também, que a reforma fiscal mais ampla, que será debatida durante o primeiro semestre do ano que vem, juntamente com a apreciação das emendas constitucionais no que toca ao ajuste fiscal, será aprovada. Ele tem motivos para crer que o fim da estabilidade do funcionalismo público e uma mudança na partilha dos recursos entre União, estados e municípios venham a receber apoio de vários parlamentares. Haveria, no Congresso, cerca de 150 deputados candidatos a prefeitos no ano que vem, que estariam cientes do tamanho do problema orçamentário dos seus municípios, e interessados em votar a favor da eliminação da estabilidade indiscriminada ao funcionalismo público.

Na avaliação do secretário executivo, haveria, em dezembro, um conjunto de sinais claros destinados a melhorar um pouco mais as expectativas e atenuar o temor que o primeiro trimestre de 1992 estaria criando junto ao setor produtivo, pelo aprofundamento da recessão. Um deles é o acordo com o FMI, que não representa somente uma desobstrução dos canais de relacionamento com a comunidade financeira internacional, mas o ingresso de recursos do acordo “stand-by”. Outro é a perspectiva de uma boa safra agrícola para 1992.